



EDUCAÇÃO

CARLOS ALBERTO/IMPRESA-MG



Os cursos oferecidos abrem novas oportunidades de trabalho para os estudantes

GOVERNO DO ESTADO INVESTE EM ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A Secretaria de Estado de Educação (SEE) tem investido no aumento da oferta de cursos profissionalizantes a fim de ampliar a inclusão socioprodutiva, melhorar a renda da população e gerar novas oportunidades de trabalho e emprego, atendendo às demandas das comunidades e dos arranjos produtivos locais. Tudo isso dentro do programa Rede Estadual de Educação Profissional (Rede) que, em apenas um ano, aumentou o número de vagas para os

cursos técnicos ofertados pelas escolas estaduais em 150%, passando de 16 mil para 39.520. São 988 turmas em 213 instituições. Somente no segundo semestre deste ano, 115 novas escolas das 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs) ingressaram na Rede. O volume de investimentos também cresceu de forma significativa: de R\$ 4,5 milhões em 2016 para R\$ 26 milhões em 2017, acréscimo de, aproximadamente, 480%. **(Página 3)**

JUDICIÁRIO

MAGISTRADOS CONSIDERAM INAPLICÁVEIS AS EXIGÊNCIAS IMPOSTAS A MOTORISTAS DO UBER

Os desembargadores da 1ª Seção Cível do Tribunal de Justiça (TJMG) consideraram a Lei Municipal 10.900/16 parcialmente ilegal e com trechos inaplicáveis aos motoristas do Uber, em julgamento realizado na quarta-feira (16). A lei trata do funcionamento do transporte de passageiros por meio de aplicativos, e gerou questionamentos judiciais acerca da possibilidade de o poder público fazer exigências e fiscalizar o funcionamento do serviço oferecido por meio da plataforma digital. Na prática, a lei impunha aos motoristas do Uber, que fazem transporte individual privado de passageiros, as mesmas exigências feitas aos motoristas de táxi, que fazem transporte individual público de passageiros. No entendimento dos magistrados, a lei é legal, mas apenas no que se refere ao estabelecimento de normas de credenciamento em relação às pessoas jurídicas que operam ou administram os aplicativos. **(Página 4)**

AGRICULTURA

PROJETO GEOPORTAL DO CAFÉ FARÁ O MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE CULTIVO EM MINAS GERAIS

ALEXANDRE SOARES/ EMATER-MG

O Governo mineiro prepara o lançamento do Geoportal do Café com o objetivo de contribuir para o mapeamento de todas as áreas de cultivo deste produto no Estado, com inserção de dados socioeconômicos e geoespaciais para subsidiar políticas públicas e investimentos privados de toda a cadeia produtiva. O café é a principal commodity agrícola de Minas Gerais, com relevância na geração de emprego e renda. Por meio do mapeamento, o produtor vai conseguir localizar sua propriedade nas glebas de café, o que será fundamental para melhor planejamento e gestão da atividade. Também para os gestores municipais e estaduais, os dados levantados e disponibilizados vão facilitar o direcionamento de ações para todas as regiões. O desenvolvimento do Geoportal é responsabilidade da Fundação João Pinheiro, que contribui com informações econômicas e de planejamento. Participam do projeto a Emater, Epamig e Seapa, com parceria da Embrapa e Conab. **(Página 3)**



Ferramenta será fundamental para melhor planejamento e gestão da atividade, e para subsidiar políticas públicas para o setor